

## **Uma análise da representação da violência na imprensa capixaba: caso Avenida Leitão da Silva<sup>1</sup>**

Kássia Silva FARIAS<sup>2</sup>  
Marcela Tessarolo BASTOS<sup>3</sup>  
Universidade Vila Velha, Espírito Santo, ES

### **RESUMO**

Este artigo propõe uma análise da representação discursiva da violência na imprensa capixaba, a partir de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) sobre o episódio, ocorrido em 14 de fevereiro de 2020, em que um grupo de homens armados interditaram a Avenida Leitão da Silva, uma das principais de Vitória, capital do Espírito Santo, e ordenaram que os comerciantes fechassem seus estabelecimentos, dispararam tiros para o ar e depredaram patrimônio público e veículos. As matérias analisadas foram veiculadas nos portais Gazeta Online e Tribuna Online e pelos telejornais ESTV 1ª Edição (ESTV1) e Tribuna Notícias 1ª Edição (TN1), da TV Gazeta e TV Tribuna, respectivamente, durante o período de uma semana, de 14 a 21 de fevereiro de 2020. Após a análise, verificamos que a discussão sobre a violência na imprensa capixaba ainda é muito superficial, e estabelece uma relação punitiva entre o Estado e a violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** ética; cidadania; telejornalismo; violência; medo.

As evoluções tecnológicas transformaram as empresas jornalísticas, interferindo no modo de produção das notícias, conferindo agilidade na apuração e transmissão da informação. Neste cenário houve a convergência de mídias, e a televisão precisou se adaptar a internet e as novidades que o meio trazia. Nos sites dos jornais televisivos brasileiros (incluindo os capixabas), a maior parte do conteúdo disponível para os internautas é de notícias, de forma escrita ou em vídeos, que foram veiculadas pela TV.

A convergência dos jornais televisivos e do jornalismo online apresenta um vasto campo de possibilidades. Aliadas, essas duas mídias potencializam a informação, permitindo o aprofundamento das temáticas e interligando assuntos e contextos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Vila Velha (UVV), Espírito Santo - ES.  
[kassia.fariasf@gmail.com](mailto:kassia.fariasf@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Doutoranda em Comunicação, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Comunicação, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora da UVV. [marcela.tessarolo@gmail.com](mailto:marcela.tessarolo@gmail.com)

---

O jornalismo é uma prática social que tem responsabilidade sobre o que transmite a sociedade, como transmite e as representações discursivas que utiliza para classificar os sujeitos noticiados. Dessa forma, a construção da notícia está intrinsecamente relacionada com o papel ético do profissional de jornalismo. “Não existe o profissional desconectado de sua ética individual, de sua prática da cidadania. E o que é ser cidadão? Ser cidadão é ser ético, não ir atrás da informação a qualquer custo, sem pensar nas consequências” (CALDAS, 2005, p. 96). O discurso da ética precisa estar associado à prática, questionando e refletindo sobre as questões sociais que nos rodeiam.

Apoiar-se no jornalismo meramente declaratório gera um discurso que corrobora com o preconceito e os estereótipos presentes em nossa sociedade, mesmo que de maneira sutil. Essa realidade é comumente reproduzida em notícias que tratam sobre a violência. Por vezes, há uma espetacularização do fato que mais apavora os cidadãos do que esclarece sobre a informação. A violência é fato social muito complexo, que engloba diversos setores da sociedade, mas corriqueiramente é associado apenas ao seu aspecto criminal (FRANCO, 2000).

Franco (2000) argumenta que:

[a] área de significado do conceito de violência é bem mais abrangente do que a criminalidade. Violência é a terrível faixa de excluídos, na sociedade brasileira; é a concentração de riquezas em poder de um número tão reduzido de pessoas; é a fome; é a miséria; é o salário aquém das necessidades básicas mínimas; é a prostituição infantil; é o elevado percentual de acidentes do trabalho; é o privilégio das corporações; é, enfim, a ausência de adequadas políticas públicas. Sobre a problemática brasileira, como um todo, ou sobre cada um desses graves problemas de violência, em particular, os meios de comunicação não esclarecem a população, nem pressionam a opinião pública e os órgãos de representação popular. “Dramatizar” a violência é bem mais fácil e, além disso, à sua retaguarda, há todo um processo de politização (movimento de lei e ordem) que atende aos interesses de segmentos sociais hegemônicos que visam aumentar, através de expedientes repressivos, o grau de controle da sociedade (FRANCO, 2000, p. 63)

Um dos recentes episódios que chocou a população capixaba, nosso estudo de caso no presente artigo, ocorreu na manhã do dia 14 de fevereiro de 2020. Um grupo de homens armados interditaram a Avenida Leitão da Silva, uma das principais da capital do Espírito Santo, Vitória, ordenaram que os comerciantes fechassem seus estabelecimentos, dispararam tiros para o ar, impediram a passagem de veículos e depredaram patrimônio público e também os veículos que passavam pelo local. O ato foi uma manifestação pela morte de Caio Matheus, de 17 anos. O jovem tinha envolvimento

com o tráfico de drogas e foi morto durante uma operação da Polícia Civil, no bairro da Penha. As polícias Militar e Civil foram acionadas e em pouco tempo o trânsito foi liberado. No mesmo dia, também houve episódios de violência nas avenidas Marechal Campos e Serafim Derenzi, importantes vias de Vitória. Esses acontecimentos suscitaram na imprensa capixaba debates sobre a violência e cobranças ao Estado por medidas de repressão a criminalidade.

A fim de realizar este estudo científico foram formuladas algumas hipóteses sobre a delimitação do tema proposto. A primeira hipótese apresentada é que os veículos jornalísticos capixabas discutem a temática da violência apenas de forma superficial, limitando-se a apresentar os acontecimentos. A segunda hipótese formulada é que a imprensa capixaba apresenta as notícias sobre violência discutindo-as apenas sob seu aspecto criminal, como um problema de polícia. As fontes utilizadas para estruturar a narrativa majoritariamente são policiais, delegados e autoridades governamentais.

A terceira hipótese desenvolvida é a que fontes como educadores, assistentes sociais e psicólogos são utilizadas esporadicamente para compor a narrativa do acontecimento e possuem tempo de fala reduzido para apresentar o fato por uma outra perspectiva, conferindo ao público uma oportunidade de reflexão.

E a última hipótese elaborada é que quando se trata de notícias sobre a violência a imprensa não utiliza seu espaço de fala para dar voz a outras pessoas. O espaço é sempre designado para notas miúdas e que reforçam o quanto o local é violento. Este tipo de atitude reduz os locais onde ocorrem qualquer episódio de violência a um lugar perigoso e que deve ser evitado, marginalizando todos que ali residem.

A violência é discutida de forma fragmentada. Os acontecimentos são resumidos em notícias que cobram da polícia explicações sobre o fato e exigem soluções rápidas para o problema. Partindo desta perspectiva, cria-se uma relação punitiva, onde é responsabilidade da polícia erradicar o mal – que é a violência – e quem a pratica (RONCHI, 2019).

Um dos maiores desafios enfrentados atualmente é a colonização do consenso fabricado, a falta de reflexão e pensamento crítico que reproduz um recorte distorcido da realidade “O cidadão comum precisa ter acesso à informação plural para adquirir o conhecimento necessário ao desenvolvimento de suas reflexões para a tomada de decisões” (CALDAS, 2005, p.90). Discutir o papel ético e cidadão da imprensa resgata o poder do discurso, e sua influência na formação das mentalidades.

---

A aceleração na produção das notícias e a busca pela qualidade da informação reforçam a necessidade de estabelecer na rotina jornalística padrões éticos que visam a objetividade do conteúdo e da produção de audiovisuais. No entanto, a imprensa enfrenta fragilidades presentes em seu dia a dia. Cornu (1998) apresenta o que considera as cinco zonas críticas da informação no cotidiano do jornalista:

- a) A frágil dependência dos jornalistas em suas relações com os diversos poderes;
- b) as negligências na verificação das informações, sob a influência conjugada das leis do mercado, da velocidade da informação, da eficiência dos comunicadores profissionais;
- c) a confusão entre a liberdade de expressão, patrimônio de todos, e a liberdade de imprensa, própria somente de alguns;
- d) a espetacularização da informação que privilegia certos aspectos da realidade como método para manter os níveis de audiência e o número de leitores;
- e) os danos causados às pessoas pela exploração da violência, pelo desrespeito à privacidade, pela violação da presunção de inocência (grifos meus). (CORNU, 1998, p. 15-16)

Desenvolver um jornalismo que siga princípios éticos e cidadãos, mantendo sua legitimidade e competência, é o maior desafio enfrentado pelo profissional de jornalismo. “Precisamos formar jornalistas que sejam cidadãos do mundo, que reflitam criticamente sobre o fato social a ser relatado para que sejam sujeitos ativos da história que estão ajudando a construir” (CALDAS, 2005, p. 100). Entender a força que os veículos de imprensa possuem reitera a responsabilidade social que a mídia possui e a importância do tratamento da informação. Se faz necessário repensar como o conteúdo é transmitido a sociedade, as fontes utilizadas, as interpretações sobre o acontecimento e construção dos contextos.

## **O TRATAMENTO DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA**

Todos os dias acompanha-se nos noticiários matérias que apresentam a violência e a criminalidade como seu principal enfoque. No entanto, para compreender a relação de poder que o jornalismo e a informação exercem, faz-se necessário esclarecer como funciona o tratamento da violência na mídia. Segundo DEL OLMO (2004):

O jornalismo através dos noticiários reforça a fundamentação da criminologia positivista, cujo objeto era “o estudo do homem delinquente”, e que dividiu os homens em “normais” (os que aceitavam a ordem) e “anormais” (os desviantes, que tanto podiam ser criminosos comuns como anarquistas e outros “resistentes” à ordem). Classificação funcional, como já demonstrou a crítica marxista, pois, num contexto de intensa agitação política (segunda metade do século XIX), lançavam-se bases teóricas “inquestionáveis” (porque “científicas”)

---

perfeitamente adequadas para justificar o exercício da disciplina e do controle social. (DEL OMO, 2004, p.35)

O jornalismo é uma prática criada para fornecer notícias ao público, sendo assim, tudo o que for produzido e transmitido pela imprensa irá influenciar diretamente na vida e nos pensamentos das pessoas, mas nem toda informação veiculada gera esclarecimento.

A falta de esclarecimento abre espaço para debates vazios e superficiais, que pouco contribuem para a compreensão dos acontecimentos e do contexto social em que estão inseridos. Associar a violência apenas ao seu aspecto criminal reduz a complexidade do tema e banaliza ações que não deveriam ser normalizadas. De acordo com MORETZSOHN (2003):

A grande imprensa adota uma única estratégia discursiva, voltada para o apelo à adoção de políticas repressivas na área da segurança pública e, por extensão, para um controle mais rigoroso dos marginalizados. No entanto, é fácil perceber a existência de um outro discurso, que vai aparentemente em sentido contrário ao da repressão: um discurso benevolente, de cunho “social”, que procura entender e justificar o crime como expressão de múltiplas carências e propõe soluções supostamente simples e óbvias, baseadas na boa fé e na boa vontade. (MORETZSOHN, 2003, p.21)

A violência é um tema social complexo, que permeia diversos segmentos da sociedade. É – ou deveria ser – papel do jornalismo observar o entorno do acontecimento e estabelecer as relações necessárias para que os episódios de violência sejam discutidos sem preconceito e de forma inteligível. É inegável que a imprensa cumpre muito bem o seu papel de retratar os fatos, mas deixa a desejar quando não gera aprofundamento crítico.

### **ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA TÉCNICA**

A metodologia utilizada para investigar este estudo de caso foi análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977). A autora defende que as diferentes fases da análise de conteúdo devem ser organizadas em torno de três pilares: pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise consiste na fase da organização. Nela, o pesquisador deve sistematizar suas ideias iniciais e desenvolver um plano de análise. Esta primeira fase possui três funções: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que

fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). Essas três funções não possuem uma ordem cronológica determinada, mas estão estritamente ligadas. Para Bardin (1977), antes de iniciar a análise dos dados, o pesquisador deve organizar o material coletado, verificando o que se encaixa na pesquisa. Para realizar este trabalho, deve-se seguir alguns passos: a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos, a referenciação dos índices e a preparação do material.

De acordo com Bardin (1977), a leitura flutuante fundamenta-se em estabelecer o primeiro contato com os documentos que serão analisados. “Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função das hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas” (BARDIN, 1977, p. 96). Nesta etapa é necessário absorver todas as impressões e orientações que o material fornece. A escolha dos documentos pode ser determinada a priori ou por um objetivo estipulado.

Assim que demarcada a escolha do gênero dos documentos que serão analisados é necessário realizar a constituição de um corpus. Segundo Bardin (1977, p.96), “o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. A escolha desse corpus baseia-se nas regras de: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Para Bardin (1977), na regra da exaustividade, assim que for definido o campo do corpus da análise, é preciso levar em conta todos os aspectos desse corpus. “Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor” (BARDIN, 1977, p.97). Já na regra da representatividade, a análise pode ser realizada numa amostra desde que o material seja adequado para tal, pois nem todo objeto de estudo é passível de ser analisado por amostragem.

Segundo Bardin (1977), a amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo. Para se proceder à amostragem, é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra. Um universo heterogêneo requer uma amostra maior do que um universo homogêneo. Na regra da homogeneidade, os documentos da análise devem obedecer a critérios específicos. Já na regra de pertinência, os documentos devem possuir fontes de informação adequadas ao objetivo determinado pela análise (BARDIN, 1977).

---

Na etapa de formulação das hipóteses e dos objetivos, o analista cria uma afirmação provisória e verifica por meio de procedimentos analíticos a veracidade dessa hipótese. Nem sempre são formuladas hipóteses na fase de pré-análise, e não se considera obrigatório possuir um corpus de hipóteses para dar continuidade ao processo de análise, pois existem muitas técnicas utilizadas sistematicamente para extrair informação do material coletado. No entanto, em muitos casos, o trabalho do analista é orientado pelas hipóteses formuladas, visto que elas explicitam e precisam dimensões e possíveis direções de análise. Segundo Bardin (1977) na etapa de referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, o trabalho preparatório é escolher – de acordo com as hipóteses determinadas– quais serão os textos utilizados e sua organização sistemática em indicadores.

Faz-se necessário testar a eficácia e pertinência dos indicadores em alguns elementos do material selecionado, a fim que seja comprovada a eficácia da análise neste material. Após a escolha dos índices, realiza-se a constituição dos indicadores, os quais devem ser precisos e seguros.

A etapa de preparação do material consiste em reunir todo o material separado e editá-lo. Esta preparação formal pode envolver desde o alinhamento dos enunciados até à transformação dos sintagmas. Deve-se prever se haverá números suficientes de material que sustentem a análise, além de utilizar suportes materiais precisos que facilitem a manipulação dos elementos da análise (BARDIN,1977).

## **A EXPLORAÇÃO DO MATERIAL**

Após a pré-análise, é necessário conhecer o porquê da análise e como realizá-la. Nesta fase ocorrem os processos de codificação e categorização do material coletado. A codificação é o tratamento do material e é organizada em duas fases: o recorte, no qual são escolhidas as unidades; e a enumeração, que determina a escolha das regras de contagem (BARDIN, 1977). Para realizar o recorte dos textos de forma pertinente e completa, alguns elementos devem ser levados em conta. O primeiro elemento é a unidade de registro. Segundo Bardin (1977, p.104), “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial.” Este elemento é variável e o critério de recorte pode ser: a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento ou o documento.

Posteriormente, o segundo elemento é a unidade de contexto que compreende o campo da mensagem. Este segmento auxilia na compreensão dos significados exatos das unidades de registro. As dimensões da unidade de contexto são determinadas com base nos critérios de custo e pertinência. É preciso testar em pequenas amostras as unidades de registro e de contexto para verificar quais instrumentos são mais adequados para realizar a análise (BARDIN, 1977). Na última fase da codificação realiza-se a enumeração das unidades. “É necessário fazer a distinção entre a unidade de registro – o que se conta – a regra da enumeração – o modo da contagem” (BARDIN, 1977, p. 108). Existem diversos tipos de enumerações: a presença (ou ausência); a frequência; a frequência ponderada; a intensidade; a direção; a ordem e a co-ocorrência (BARDIN, 1977). Com o intuito de facilitar o entendimento sobre os tipos de enumerações, o Quadro 1 foi incorporado com a síntese dos tipos de enumerações e o modo de contagem utilizados (BARDIN, 1977).

Quadro 1 - Tipos de enumerações

TIPOS DE ENUMERAÇÕES	MODO DE CONTAGEM
A Presença (ou ausência)	A presença ou ausência de algum elemento no texto.
A frequência	É medida geralmente mais utilizada. A importância do registro aumenta com a frequência da aparição;
A frequência ponderada	Se supusermos que a aparição de determinado elemento tem maior importância do que a de outro, recorre-se a um sistema de ponderação. Pode traduzir as modalidades de expressão ou a intensidade de um elemento.
A intensidade	É indispensável na análise dos valores e das atitudes. Para facilitar a avaliação do grau de intensidade deve-se apoiar em critérios precisos como: intensidade do verbo, tempo do verbo, advérbios de modo, adjetivos e atributos qualitativos [...].

A direção	A ponderação da frequência traduz um caráter quantitativo (ponderação) ou qualitativo: a direção. A direção pode ser favorável, desfavorável ou neutra. Afetam os elementos do texto como índice qualitativo ou como uma nota. Medem as medidas frequenciais representando-as em seus resultados como forma de perfis.
A ordem	A ordem de aparição das unidades de registro, pode ser o índice de pertinência.
A co-ocorrência	A co-ocorrência é a presença simultânea de duas ou mais unidades de registro, em uma unidade de contexto. A medida da co-ocorrência (análise de contingência) dá conta da distribuição dos elementos e sua associação.

Fonte: Adaptado (BARDIN, 1977).

Após da etapa de codificação inicia-se categorização, que corresponde a “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p.117). Os critérios de categorização são classificados em: semântico, sintático, léxico e expressivo (BARDIN, 1977). Para realizar a classificação dos elementos em categorias é necessário investigar o que eles possuem em comum. A categorização possui duas etapas: o inventário, que é o isolamento dos elementos; e a classificação, que consiste em repartir os elementos, impondo uma certa organização as mensagens (BARDIN, 1977). A categorização é essencial para qualquer atividade científica e seu principal objetivo é fornecer de forma simplificada a representação dos dados brutos.

Para formar um conjunto de categorias boas são necessárias algumas qualidades. A primeira delas é a exclusão mútua condição que “[...] estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão” (BARDIN, 1977, p. 120). Ou seja, dois ou mais elementos não podem ser classificados em duas ou mais categorias. Outra qualidade é a homogeneidade, na qual “um único princípio de classificação deve governar a sua

organização” (BARDIN, 1977, p.120). Em um mesmo conjunto de categorias, só pode ter um registro e uma perspectiva de análise.

Em seguida temos a qualidade de pertinência na qual “uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido” (BARDIN, 1977, p.120). O conjunto de categorias deve transmitir quais são as intenções de investigação, as indagações do analista e condizer com as especificidades da mensagem.

Posteriormente, temos a objetividade e a fidelidade como qualidade de uma boa categoria. Estes princípios são os mais importantes desde o início da história da análise de conteúdo. E por fim, temos a qualidade de produtividade. “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (BARDIN, 1977, p.120-121). Esta qualidade é essencial para uma boa categoria, além de muito pragmática.

## **TRATAMENTO DOS RESULTADOS, A INFERÊNCIA E A INTERPRETAÇÃO**

O tratamento dos resultados brutos tem como objetivo tornar esta informação significativa e válida, por meio de estatísticas e quadros de resultados, por exemplo. Assim que possuir estes resultados, o analista pode propor inferências e desenvolver interpretações acerca dos objetivos esperados ou sobre novas descobertas.

A inferência é uma interpretação controlada e baseia-se nos seguintes elementos: no emissor, no receptor, na mensagem, e no médium. O emissor é quem produz a mensagem, pode ser uma única pessoa ou um grupo de pessoas. Ele possui função expressiva ou representativa e é representado por sua mensagem. (BARDIN, 1977). O receptor “pode ser um indivíduo, um grupo (restrito ou alargado) de indivíduos ou uma massa de indivíduos” (BARDIN, 1977, p.134). A mensagem atinge o sujeito com a finalidade de ação ou, se necessário, se adapta a ele.

A mensagem “existem duas possibilidades, correspondentes a dois níveis de análise: o contingente e o conteúdo; ou ainda os significantes e os significados, ou ainda o código e a significação...com uma possível passagem de informação entre os dois planos[...]” (BARDIN, 1977, p. 134). O código é um indicador que revela as realidades implícitas, enquanto a significação fornece os significados da mensagem. O último elemento é o médium, que “[...]é o canal, o instrumento, o objeto técnico, o suporte material do código” (BARDIN, 1977, p.136). No entanto, este gênero é pouco utilizado

na análise de conteúdo, sendo mais aplicado a projetos experimentais. A inferência induz a interpretação dos resultados a partir dos fatos, sendo realizada caso a caso. A análise de conteúdo atua como um instrumento de investigação, que avalia as causas e efeitos mensurados pela inferência.

### **ANÁLISE SOBRE VIOLÊNCIA NA MÍDIA CAPIXABA**

Essa análise consiste em acompanhar notícias sobre o episódio de violência, ocorrido na Avenida Leitão da Silva, que foram veiculadas pelos portais Gazeta Online e Tribuna Online e pelos telejornais ESTV 1ª Edição (ESTV1) e Tribuna Notícias 1ª Edição (TN1), da TV Gazeta e TV Tribuna, afiliadas da Globo e SBT, respectivamente, durante o período de uma semana, tempo delimitado entre os dias 14 de fevereiro de 2020 – quando o incidente ocorreu – até o dia 21 de fevereiro de 2020. A coleta de material foi realizada por meio de uma pesquisa nos sites das emissoras utilizando mecanismos de busca. Foram utilizadas como palavras-chave: a data do evento e o nome “Avenida Leitão da Silva”.

Após uma leitura exaustiva de todo o material, aplicou-se aos documentos a regra da homogeneidade e da pertinência (BARDIN, 1977, p.96). Após esse processo foi encontrada a hipótese da pesquisa, a qual investiga se os veículos jornalísticos capixabas discutem as temáticas sobre a violência de forma superficial. Em seguida, iniciou-se o processo de seleção do corpus da análise. O corpus foi composto por 40 matérias divididas entre reportagens, fotos, vídeos e textos. Ao total foram registrados: 15 matérias no Gazeta Online, duas no Tribuna Online, 16 reportagens no ESTV1 e sete no TN1.

Ao realizar a codificação desses elementos foi definido que a unidade de registro da pesquisa é o acontecimento (BARDIN, 1977, p.106). No decorrer da etapa de enumeração foi observado que determinadas palavras eram regularmente repetidas, comprovando a presença de uma medida frequencial.

Ao iniciar a categorização, foram selecionadas as seguintes palavras-chave: polícia, ataque, medo, pânico, segurança, bandidos, criminosos e armados. Essa categorização agrega entendimento do conteúdo analisado e a mensagem ao qual se refere. Ao analisar a incidência destas palavras-chave nos portais online Gazeta Online e Tribuna Online e nos telejornais ESTV1 e TN1), pode-se observar que:

Quadro 2 - Incidência das palavras-chave

Palavras-chave	Gazeta Online	ESTV1	Tribuna Online	TN1
Polícia	58	66	2	19
Ataque	25	32		12
Medo	4	21		5
Pânico	4	12	2	3
Segurança	7	5		2
Bandidos	19	20		1
Criminosos	30	19	2	10
Armados	8	3		1

Nota: Reportagens dos portais online Gazeta Online e Tribuna Online e dos jornais ESTV1 e TN1. Fonte: Elaborado pela autora.

A palavra “polícia” aparece como a mais frequente em todos os veículos de comunicação e o termo “ataque” segue como o segundo mais citado nos telejornais ESTV1 e TN1. “Medo” e “criminosos” também são termos populares entre os jornais. A diferença numérica entre as emissoras se dá pelo volume de conteúdo publicado por cada uma. O portal online Gazeta Online em conjunto com ESTV1 disponibilizaram 30 reportagens sobre o episódio. Enquanto o Tribuna Online e o TN1 totalizaram nove matérias.

Foi observado que no dia 14 de fevereiro de 2020, quando ocorreu o episódio de violência na Avenida Leitão da Silva, tanto os portais online quanto os telejornais noticiaram massivamente o fato. No entanto, no decorrer dos dias essa cobertura foi perdendo a força. Os portais online Gazeta Online e Tribuna Online veicularam notícias sobre o fato apenas no dia 14 de fevereiro. Já os telejornais ESTV1 e TN1 persistiram mais com a informação. O ESTV1 publicou reportagens sobre o fato dia 14 a 20 de fevereiro, seguido pela TN1 que veiculou notícias sobre o ocorrido do dia 14 a 19 de fevereiro de 2020. No dia 21 de fevereiro de 2020, nenhuma das emissoras tratou sobre o episódio de violência.

Outro ponto de análise foram as fontes utilizadas para falar sobre o assunto. Observou-se que todos os jornais, tanto os portais online quanto os telejornais, utilizam como fonte principal autoridades oficiais ligadas à polícia. Foram ouvidos majoritariamente: o Governador do Estado, o Secretário de Segurança do Estado, o

Secretário de Segurança do Município de Vitória, o Delegado Geral da Polícia Civil e o Comandante Geral da Polícia Militar do Espírito Santo. Além dessas autoridades foram ouvidos o advogado da Associação de Comerciantes da Leitão da Silva e alguns comerciantes que se dispuseram a falar. De forma bem tímida, foi dado ao padraço e a tia do rapaz assassinado no confronto com a polícia um espaço de fala.

Ao interpretar os resultados, adentra-se à fase de inferência, segundo Bardin (1977). Nesta etapa, faz-se uma leitura mais crítica sobre os dados apresentados. Além das hipóteses já formuladas anteriormente, durante a análise algumas questões foram suscitadas: a) Existem diferenças entre os veículos na formatação dos conteúdos sobre o episódio de violência? e b) Há traços que se repetem nas representações dos veículos?

Para responder a primeira questão deve-se compreender que a maior diferença entre os veículos foi a abordagem da notícia. Enquanto A Gazeta trata os envolvidos no episódio de violência como “bandidos” e “criminosos”, o veículo A Tribuna em muitos momentos os trata como manifestantes. O termo “bandido” e “criminoso” algumas vezes também foi empregado pelo jornal, mas de forma bem menos frequente. O veículo A Gazeta tratou a notícia com foco no aspecto criminal, em contrapartida A Tribuna, apesar de utilizar fontes policiais direcionou o foco das reportagens para os comerciantes da Avenida Leitão da Silva e outras pessoas atingidas pelo ocorrido.

Prosseguindo para a segunda questão, pode-se afirmar que houve muitos traços que se repetiram na representação dos veículos. O mais comum é a utilização de fontes policiais para compor a reportagem. Outro traço são as imagens capturadas sobre o momento da manifestação, reiterando violência presente no local. Em ambos os veículos foi observado que não procuraram por outras fontes que pudessem construir uma narrativa mais ampla sobre o acontecimento, utilizando por exemplo uma fonte que mostrasse o ponto de vista da comunidade atingida por esse episódio de violência.

De acordo com a primeira hipótese sugerida, os veículos jornalísticos capixabas discutem as temáticas sobre a violência de forma superficial, se atendo apenas aos atos. Ao realizar esta análise verificou-se que há um esforço desempenhado pela imprensa para dar continuidade a cobertura do episódio, mas a superabundância de eventos acaba por reduzir o acontecimento a um simples fato.

A segunda hipótese aponta que a imprensa capixaba apresenta notícias sobre violência apenas sob seu aspecto criminal. Esta hipótese foi comprovada em partes, visto que as fontes utilizadas para narrar o incidente eram majoritariamente autoridades

governamentais de polícia e o discurso apresentado pela imprensa é o de cobrar do Estado e das Polícias medidas de segurança. O que torna essa hipótese parcialmente verídica é a abordagem utilizada pelo telejornal A Tribuna, que buscou uma outra perspectiva sobre o caso ao utilizar como enfoque da notícia os comerciantes da Avenida Leitão da Silva, fugindo do aspecto criminal.

Posteriormente, a terceira hipótese sugerida é a que fontes especializadas como: assistentes sociais, professores, psicólogos, entre outros, são pouco utilizadas na construção da narrativa. No caso do episódio de violência na Avenida Leitão da Silva, nenhuma fonte deste gênero foi usada. Assim, comprova-se a carência em discutir os acontecimentos por uma outra perspectiva, conferindo ao leitor a oportunidade de realizar uma análise crítica sobre o fato e sair do senso comum pré-fabricado.

Como última hipótese tem-se o pressuposto de que quando se trata de notícias sobre violência a imprensa capixaba não utiliza seu espaço de fala para dar voz a outras pessoas. Após as análises realizadas sobre o episódio de violência, pode-se constatar a marginalização dos bairros adjacentes à Avenida Leitão da Silva. Verificou-se um discurso que corrobora para a criminalização dos bairros, influenciando de forma direta na construção do olhar sobre os moradores que ali residem.

Com isso, verificamos a importância do papel ético e cidadão que o jornalismo possui na sociedade. Vivemos em uma sociedade plural e diversa, e nem sempre o repórter terá a oportunidade de conhecer a rotina de uma comunidade, seus costumes e os principais acontecimentos locais, mas o jornalismo pode sim dar visibilidade e voz para as pessoas. O local de fala, de debate e de questionamento cabe à prática jornalística.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final deste estudo podemos afirmar que a discussão sobre a violência na imprensa capixaba ainda é muito superficial, e estabelece uma relação punitiva entre o Estado e a violência. Faz-se necessário desconstruir estereótipos permitindo-se enxergar o entorno da situação, suas razões de fundo. Episódios de violência tornaram-se absurdamente comuns e banalizados, por essa razão o jornalista possui o olhar treinado sobre como ele deve enxergar aquela situação. No entanto para que haja respeito à pluralidade de pensamentos, incorporando o debate à cobertura cotidiana, é imprescindível que ocorra um redirecionamento do enfoque da reportagem.

O papel do jornalismo não é julgar. Não podemos cair no erro de acreditar que porque um indivíduo cometeu uma ação “injustificável” não deve ter voz, não deve ser ouvido. O jornalismo deve possuir a capacidade de compreender questões sociais e toda sua complexidade. Se ater sempre as mesmas fontes, aos mesmos enquadramentos e posicionamentos torna o papel político do jornalismo irrelevante.

O jornalismo tem potencial crítico, nasce do questionamento, da busca e da reflexão. Transformar o nosso entendimento é o primeiro passo para quebrar paradigmas nunca antes desafiados. Estar aberto a outras interpretações é primordial para alcançar a transformação social, no entanto ainda há um longo caminho a ser percorrido.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CALDAS, Maria das Graças Conde. **Ética e cidadania na formação do jornalista**. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 27, n. 44, p. 85-101, 2o. sem. 2005.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. São Paulo: Edusc, 1998.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, p. 35.

FRANCO, Alberto Silva. “As perspectivas do direito penal por volta de 2010”, in **Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade**, ano 5, no 9-10. Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1 o e 2o semestres de 2000.

MORETZSOHN, Sylvia. **Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>>. Acesso em: 11 mar. de 2020.

RONCHI, Ana Carolina. **À margem dos jornais: uma análise da representação das áreas de vulnerabilidade social da grande vitória na imprensa capixaba**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal de Espírito Santo. Espírito Santo. 2019. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11347/1/tese\\_13154\\_ANA\\_CAROLINA\\_RONCHI DISSERTA%c3%87%c3%83O.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11347/1/tese_13154_ANA_CAROLINA_RONCHI DISSERTA%c3%87%c3%83O.pdf). Acesso em: 17 de abr. de 2020.